

Política



PEDIDO DE LIBERDADE NEGADO

Ex-PRF quer levar processo do STF para TSE

Silvino foi preso por supostamente ter interferido na corporação durante as eleições



MUDANÇA NA ESPLANADA

OPERAÇÃO CASADA

Lula conclui inédita troca com Lewandowski na Justiça e o 'cabeça política' Dino no STF

SÉRGIO ROQUE, JENIFFER GULARTE, KAROLINI RANDEIRA E KAROLINA MUNIZ

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva concretizou ontem o segundo passo do movimento que, de um lado, levará ao Supremo Tribunal Federal (STF) um nome com extensa atuação política e, por outro, integrará ao governo um ex-magistrado com relação histórica com o PT, trânsito livre na Corte, de perfil garantista e conciliador. Com a ida do ministro Flávio Dino (Justiça) para o tribunal, a pasta será ocupada a partir de fevereiro por Ricardo Lewandowski, que esteve no STF até o ano passado e foi anunciado ontem por Lula na nova função.

Dino, ex-juiz, vai trilhar o caminho de volta ao Judiciário depois de períodos no Congresso, além de governador e ministro. A experiência é vista como um ativo pelo Palácio do Planalto num momento em que há no STF ações de grande impacto e que provocam divisão interna, como a presença de políticos em cargos de direção em estatutos. É de interesse da gestão Lula que a liberação, hoje garantida por liminar do próprio Lewandowski, seja efetivada.

— Sempre sonhei ter na Suprema Corte um ministro com a cabeça política, que tivesse vivenciado perder e ganhar eleições. Ninguém que está lá (no STF) tem a experiência política do Flávio Dino — afirmou Lula ontem. A atuação política de Dino gerou atritos também com o bolsonarismo e levou a uma aprovação de seu nome no Senado com placar apertado, superando apenas a votação de André Mendonça, indicado por Jair Bolsonaro em 2021.

PAPEL DE CONSELHEIRO

Já Lewandowski, tido como conciliador e garantista, ou seja, pró-direitos dos acusados, terá pela frente desafios na segurança pública (leia mais na página 7) e a tarefa de manter a Polícia Federal nos atuais moldes, com operações nas ruas, mas em um modelo distinto ao da Lava-Jato, da qual é crítico. No Palácio do Planalto, a expectativa é que ele exerça um papel semelhante ao que teve Márcio Thomaz Bastos, que ocupou a pasta no primeiro mandato de Lula e foi um dos principais conselheiros jurídicos do presidente, além de ser visto como um ator discreto e com boa interlocução junto ao STF.

— Tenho ao meu lado um companheiro que foi



Martelo batido. Lula no Palácio com Lewandowski, de gravata azul. Dino e a primeira-dama Janja ao anunciar o ministro aposentado do STF para assumir a Justiça

AS ALTERAÇÕES MINISTERIAIS

PRÓXIMOS PASSOS

Até 31 de janeiro

Dino fica no Ministério da Justiça e Segurança Pública

Dia 2º de fevereiro

Lewandowski assume o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública

De 1º a 21 de fevereiro

Dino reassume sua vaga no Senado

Dia 22 de fevereiro

Dino é empossado ministro do Supremo Tribunal Federal

OS MINISTROS DA JUSTIÇA DESDE LULA 1

Lula (PT)

Márcio Thomaz Bastos

(JUIZ DE 2003 A MAR/2007)

Tasso Gomes

(MAR/2007 A FEVER/2008)

Lula Paulo Barreto

(FEV A DEZ/2008)

Dilma Rousseff (PT)

José Eduardo Cardozo

(JUN/2011 A MAR/2016)

Wellington César Lima e Silva

(MAR/2016 A MAR/2017)

Eugênio Aragão

(MAR A MAI/2016)

Michel Temer (MDB)

Alexandre de Moraes

(JUN/2016 A FEVER/2021)

José Levi (interino)

(FEV A MAR/2021)

Omar Serraglio

(MAR A MAI/2021)

Torquato Jardim

(MAR/2021 A JUN/2023)

Jair Bolsonaro (PL)

Sérgio Moro

(JUN/2018 A JUN/2021)

André Mendonça

(JUN/2021 A MAR/2023)

Anderson Torres

(MAR/2023 A DEZ/2023)

TROCAS NA ESPLANADA NA ATUAL GESTÃO

1

Gonçalves Dias

(SAB DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - 2021)

Substituto por Marcos Antonio Amaro dos Santos

2

Daniela Carneiro

(JUN/2021)

Substituto por Celso Sabino

3

Ana Moser

(PORTFOLIO - 2021)

Substituto por André Fufuca

4

Márcio França

(PORTFOLIO - 2021)

Substituto por Silveira Costa Filho

5

Flávio Dino

(JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - 2023)

Substituto por Ricardo Lewandowski

6

Ricardo Lewandowski

(JUN/2023 A MAR/2024)

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Substituto por Flávio Dino

Substituto por Ricardo Lewandowski

Ministro terá que deixar contrato com a J&F e cargo no Banco Master

> Ao aceitar o convite do presidente Lula da Silva para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski terá que deixar uma série de contratos e cargos em conselhos da iniciativa privada, entre eles o de parecerista da J&F e conselheiro do Banco Master.

> O ministro da Justiça ainda terá de deixar a sociedade em um escritório de advocacia mantido com sua mulher, em Brasília.

> Só o contrato com a J&F já rendeu mais de

R\$ 1 milhão, como informam a coluna de Malu Gaspar, do GLOBO, em setembro do ano passado, do foro R\$ 800 mil pelo parecer em favor da holding de Joesley e Wesley Batista no processo contra a Paper Excellence, mais R\$ 250 mil mensais como consultor desde pelo menos maio do ano passado.

> O salário atual de um ministro da administração lulista é de R\$ 41.650,92.

Esse valor será reajustado para R\$ 44.008,52 a partir de 1º de fevereiro. (Rafael Moraes Moura)

> O caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos seis ministros que votaram a favor de prisões ocorrerem apenas após trânsito em julgado, mudando o entendimento em vigor até então, que possibilitava a detenção após condenação em segundo grau. Como ainda cabiam recursos às sentenças de Lula, ele foi solto após a Corte tomar a decisão.

A escolha para o Ministério da Justiça ocorre em cenário menos conturbado que a nomeação ao STF, em 2006, logo após o mensalão, escândalo de corrupção que abalou o primeiro mandato de Lula. A indicação dele foi criticada à época por sua proximidade com setores do PT e sua relação pessoal com a então primeira-dama, Marisa Letícia. A mãe do ministro, Karolína, era amiga da mãe da ex-mulher de Lula, morta em 2017.

É o caso do pedido que levou ao acesso às mensagens trocadas entre procuradores e o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Antes, já havia sido um dos